

InformePFA

Boletim Informativo do SindPFA - Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários | Ano I - Número I - Novembro / dezembro de 2013



Rio dos Cedros - SC | Foto: PFA Fernando Faccio

Nesta edição

O InformePFA vem em boa hora, como mais uma ferramenta de comunicação com a categoria. É resultado de um aperfeiçoamento contínuo das atividades sindicais e da representação do SindPFA.

Nesta primeira edição, evidenciamos o trabalho que vem desenvolvendo em 2013 no sentido de pautar temas de interesse da categoria na imprensa, de fomentar as discussões da sociedade na área.

Dessa forma, aprofundamos os acontecimentos recentes em torno do tema de obtenção de terras para reforma agrária, no qual presenciamos nos últimos dias iniciativas temerárias da presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desqualificam os processos para esse fim.

Na Palavra do Presidente, Ricardo Pereira traz um histórico da representação da categoria e das lutas recentes do SindPFA.

Na última página, questões gerais e o caso dos PFAs de Petrolina, que tiveram o ponto cortado por estender faixas em um evento na cidade. Desejamos, pois, uma boa leitura!

SindPFA pauta temas de interesse da categoria na imprensa nacional



Há muito tempo não se via a questão agrária ganhar tanto destaque na grande imprensa brasileira. Em 2013, o SindPFA trabalhou para pautar temas relativos à área, de relevância nacional, nos meios de comunicação. Esse trabalho faz parte da atuação sindical, contribui para fazer a categoria conhecida pela sociedade brasileira e destaca a qualidade técnica do trabalho dos Peritos Federais Agrários.

Em fevereiro, o trabalho do Sindicato, com dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, foi capaz de identificar um sobrecadastro de 58 milhões de hectares no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR. A descoberta atraiu o interesse do jornal O Estado de S. Paulo, que a colocou em sua manchete principal de domingo, no dia 3/2.

Diante de resultados da obtenção de terras para fins de reforma agrária no atual governo, o SindPFA prestou sua contribuição com uma campanha intitulada "Falecimento da Reforma Agrária". Inaugurada em 3

de outubro passado, a entidade veiculou comerciais de rádio em várias capitais brasileiras, que, também chamaram a atenção da imprensa e do governo.

Dias depois, o jornal O Estado de S. Paulo publicou matéria em que denunciou que 2013 tinha 'desapropriação zero' no campo até então. No dia 14/10, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas criava exceções às normas criadas por ele mesmo no início de 2013.

Com a exceção criada pelo ministro em outubro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário promete editar 100 decretos de desapropriação. No entanto, o Sindicato observou que a flexibilização pode trazer prejuízos, pois a qualidade dos processos diminuirá significativamente, com a desobrigação de instrumentos como o Estudo de Capacidade de Geração de Renda - ECGR. Denunciada a situação, o SindPFA conseguiu novamente a atenção de veículos nacionais, como a Folha de S. Paulo. **Veja mais nas próximas páginas.**

Palavra do Presidente

Por uma representação cada vez mais plural



Ricardo de Araújo Pereira
Diretor Presidente do SindPFA

É Doutor em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa - UFV e está no Incra desde 1997.

Por ocasião de nossa primeira edição do InformePFA, vale resgatar neste espaço um pouco de nossa história, passando pelas lutas recentes. O Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários - SindPFA é a entidade representativa dos Engenheiros Agrônomos da carreira de Perito Federal Agrário, lotados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, distribuídos por todo o país.

O SindPFA foi criado a partir de uma Assembleia Geral da categoria, realizada em 2011, e foi precedido em sua representação pela Assinagro (Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra), cuja proposta de criação foi lançada em 1997, durante um encontro técnico de Engenheiros Agrônomos do Incra em Viçosa - MG, na busca por representação, defesa profissional e melhorias salariais. A Assinagro foi criada formalmente em 1999 e, desde então, muito trabalhou para se consolidar e se aperfeiçoar na luta de classe e na defesa dos direitos da categoria. Uma de suas grandes conquistas foi a estruturação da carreira de Perito Federal Agrário, criada por lei em 2002.

Como parte de sua luta, a categoria optou por transformar a Associação neste Sindicato, em 2011, em busca do fortalecimento de sua representação. Hoje, o SindPFA se orgulha em ter a filiação de aproximadamente 80% dos Peritos Federais Agrários e por ser reconhecida pelo governo e pela sociedade como a entidade de classe que representa a carreira.

A atual gestão do Sindicato trabalha para consolidar a entidade e luta por um grande ideal: garantir o reconhecimento do Perito Federal Agrário como carreira típica de Estado, com uma remuneração a altura dos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais que a compõem.

A realidade vivida pela categoria atualmente, porém, não é favorável. Estamos no pior ambiente institucional desde a criação do Incra, recebendo o pior salário entre as carreiras de Estado. Sem reajustes salariais desde 2010, os PFAs estão desmotivados como nunca. O governo se mantém intransigente e negligencia a política agrária do país, que passa necessariamente pelo trabalho dos Peritos Federais Agrários. Não se pode chamar de negociação o que está se estabelecendo com a categoria. É, na verdade, uma imposição.

Apesar disso, ao longo do tempo, temos buscado fortalecer a entidade, de maneira que ela, cada vez mais atenta aos anseios da categoria, faça uma representação madura e responsável. Ao mesmo tempo, buscamos torná-la um centro de serviços e um lugar em que os Peritos Federais Agrários encontrem segurança na defesa de seus direitos coletivos.

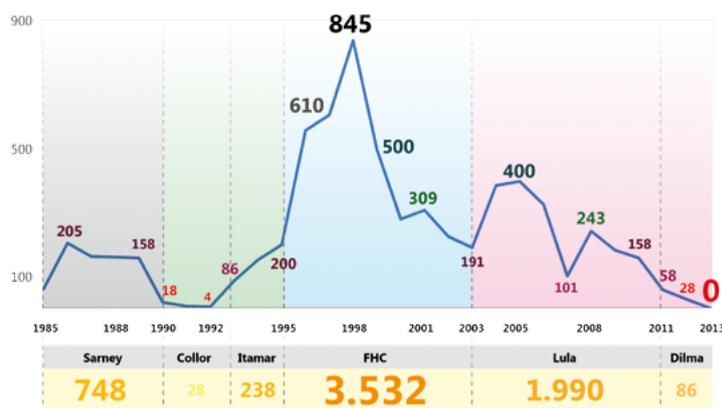
A você, Perito Federal Agrário, nossas saudações. Todas as conquistas até aqui e todo o nosso trabalho diário são realizados em função da sua confiança. Que 2014 seja um ano de muita prosperidade para você e para todos nós.

Campanha

SindPFA causa impacto com Campanha que denunciou o "falecimento" da Reforma Agrária

Em 2011, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra terminava o ano com a triste marca: apenas 58 imóveis rurais decretados de interesse social para fins de reforma agrária. Em 2012, a Autarquia infelizmente estabeleceu um novo recorde, "superando" o índice negativo do ano anterior: foram apenas 28 imóveis rurais decretados de interesse social para fins de reforma agrária, totalizando uma área de 45.663 hectares, com capacidade de assentamento estimada em 1.253 famílias. Nunca antes, nos últimos 18 anos, o Incra tinha apresentado números tão pífios quanto estes.

Apesar disso, em 2013, até o início de outubro, caminhávamos para o estabelecimento de um novo recorde, pois nenhum decreto havia sido assinado pela presidente da República declarando algum imóvel rural de interesse social para fins de reforma agrária. Veja como estava o gráfico de edição de decretos até o início de outubro:



Foi diante desse resultado nefasto que o SindPFA lançou uma campanha, intitulada "Falecimento da Reforma Agrária". Com veiculação de comerciais de rádio em várias capitais brasileiras, a entidade divulgou uma Nota de Falecimento do programa. Nas superintendências regionais, os Peritos Federais Agrários, sob a liderança dos delegados sindicais, realizaram várias ações. Em meio a paralisações, os PFAs afixaram faixas com frases como "Incra: aqui jaz a reforma agrária", fizeram enterros simbólicos, que foram a público e pautaram o tema em todo o Brasil. A gravidade da situação atraiu a atenção da imprensa nacional, que deu ampla repercussão ao assunto.



Ação realizada em Manaus - AM em 3/10/2013.

Em destaque

Por Kássio Borba, do SindPFA

Pressionado, governo abre mão de qualificação para publicar decretos de última hora para fins de reforma agrária



Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

Pressionado pelos movimentos sociais e na tentativa de amenizar a repercussão negativa da notícia de que nenhum decreto declarando imóvel rural de interesse social para fins de reforma agrária havia sido publicado em 2013, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, publicou no dia 14/10, a portaria MDA nº 86, que flexibiliza as exigências da portaria MDA nº 5, de 31/1/2013, de autoria dele mesmo, permitindo agora exceções para a publicação de decretos.

Na mesma semana, a presidente da República, Dilma Rousseff, acompanhada do ministro, esteve na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, onde, na presença de vários representantes de movimentos sociais, prometeu a edição de 100 decretos declarando imóveis rurais de interesse social para fins de reforma agrária até o fim deste ano, compromisso que Vargas havia assumido com ela.

A presidente afirmou ainda que os decretos sairão já garantindo a condição do assentado de se sustentar com a terra, referindo-se ao Estudo de Capacidade de Geração de Renda - ECGR e ao anteprojeto de parcelamento. Porém, a portaria publicada dias antes por Vargas exclui justamente estes instrumentos, para que se possibilite a publicação de decretos, visto que havia grande dificuldade em fazê-los nas superintendências regionais do Incra.

A nova portaria de Pepe Vargas significa que o governo abriu mão da qualificação dos assentamentos, a qual dizia defender. A edição da portaria nº 5/2013 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que fazia tais exigências - agora flexibilizadas - foi justificada à época pela necessidade de qualificação dos processos de obtenção de terras.

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, chegou a afirmar que, nos moldes anteriores a estas novas regras, estávamos criando não assentamentos, mas “favelas rurais”.

A ausência da edição de normas internas contendo parâmetros para efetivar as exigências impostas em janeiro, porém, permite inferir que as portarias tiveram a intenção de não deixar os processos fluírem e, conseqüentemente, emperrar a obtenção de terras e a reforma agrária; não necessariamente promover a qualificação que tanto propalaram ser a prioridade deste governo.

Com a flexibilização da portaria nº 5/2013, as suas exigências não se aplicarão a processos já existentes quando da sua publicação. Apesar de todos os processos de obtenção terem voltado às superintendências aquela época, para adequação às suas exigências, eles agora retornam à sede do Incra, para prosseguimento, ainda que não tenham sido atendidas as novas regras.

O curioso é que essa exceção criada pela portaria nº 86 tem data para acabar: 31 de março de 2014, coincidentemente a data limite para descompatibilização de cargos para os que disputarão as eleições. Ou seja, deixa claro que é uma solução paliativa para se afugentar da péssima imagem de que fizeram muito pouco pela reforma agrária, e, assim, possibilitar os decretos, independente de como estejam os processos. Isso permitirá ao governo “mostrar números” à sociedade e não se avergonhar tanto diante dos que poderiam ser os piores índices da reforma agrária desde a redemocratização.

Os primeiros decretos de 2013

Nesse novo ambiente, a presidente Dilma Rousseff assinou nos primeiros 8 decretos de 2013 ainda no final de outubro. Mas as áreas declaradas de interesse social para reforma agrária, naquela leva, representam apenas 3.482 hectares, com capacidade para receber 158 famílias.

O governo não ficou imune a críticas. As denúncias do SindPFA do abandono da qualificação também ganharam eco na imprensa. Além de tornar desnecessários instrumentos como o Estudo de Capacidade de Geração de Renda - ECGR e o anteprojeto de parcelamento, os processos culminaram em decretos de áreas com capacidade de assentamento inferior a 15 famílias, o que também contraria a portaria nº 5/2013. Ainda assim, o ministro Vargas e o presidente do Incra tentam defender que governo não abriu mão dos instrumentos. Vargas chegou a dizer que o ECGR não é prerrogativa dos Peritos Federais Agrários.

O ministro mostra desconhecimento das portarias que assinou, pois o ECGR contempla a identificação da vocação agropecuária das terras e critérios de elegibilidade de imóveis para fins de reforma agrária, como as condições edafoclimáticas e as condições produtivas do solo, que são prerrogativas de Engenheiros Agrônomos, justamente os que compõe a carreira de Perito Federal Agrário no Incra. Portanto, é, indiscutivelmente, prerrogativa desses profissionais.

O que os fatos demonstram é que o ministro Pepe Vargas e o presidente do Incra estão preocupados agora unicamente com sua imagem, em publicar decretos, independente de como estejam os processos. Resolvem sua questão no presente e empurram para o futuro o problema de talvez mais 100 “favelas rurais”, quando não estarão mais nestes cargos.

A flexibilização da norma pode permitir a publicação de decretos, mas nenhum deles cumprirá a qualificação tanto propalada pelo governo. Nem tampouco será capaz de tirar o Incra da situação crítica que vive, nesta que pode ser a maior crise de seus 43 anos.

Acontece nas SRs

Irritado com protesto de PFAs em Petrolina, Guedes manda cortar ponto

Na manhã do dia 29 de outubro, o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, esteve em Petrolina - PE, para participar da abertura da Feira da Agricultura Familiar do SemiáridoShow, evento promovido pela Embrapa. Aproveitando sua presença, os Peritos Federais Agrários da unidade confeccionaram duas faixas e marcaram sua presença, demonstrando a indignação de toda a categoria com os rumos da instituição e com o descaso para com os PFAs. Uma das faixas evidenciava o abandono da qualificação nos processos que resultaram em decreto naquele mês.

No momento em que o mestre de cerimônia anunciou a fala de Guedes, os profissionais abriram as faixas, silenciosamente. Visivelmente irritado com o protesto e incomodado com a movimentação dos participantes do evento em registrá-lo e até em apoiá-lo, Guedes falou por menos de dois minutos e se retirou.



Como é praxe dessa gestão da Autarquia, Guedes recorreu ao assédio moral para repreender os manifestantes. O presidente do Incra ordenou ao superintendente regional, Vitor Hugo da Paixão Melo, que cortasse os pontos dos PFAs que seguraram faixas no evento, ainda que eles tenham sido autorizados a estar lá.

Na superintendência, o gestor conversou com os PFAs e confirmou a ordem e o corte. Outros servidores que também estiveram presentes no evento não tiveram o ponto cortado.

O SindPFA denunciará o assédio moral aos órgão competentes.

Mudança na contribuição para o SindPFA

Foi concluído processo de consignação do SindPFA no Ministério do Planejamento, o que significa que os sindicalizados passarão a contribuir em folha para o Sindicato, e não mais para a Assinagro.

Com a finalização desse processo, a contribuição deixará de ter valor fixo e passará a ser proporcional ao vencimento básico (VB) de cada profissional (1,5%), conforme a classe e padrão em que esteja. Essa é uma previsão do Estatuto do SindPFA, aprovada pela Assembleia Geral em 2011, quando da criação do Sindicato. Dessa forma, a contribuição dos PFAs que estão na Classe "A" será reduzida.

Em outubro o desconto foi apenas na folha dos Delegados Sindicais, como teste. Na próxima folha, a mudança já será implantada para os sindicalizados. Em novembro, a implantação acontece para os PFAs das SRs 1 a 15. A partir de dezembro todos contribuirão para o Sindicato.

Geral

SindPFA reúne Delegados Sindicais em Brasília para discutir temas da carreira



O SindPFA realizou na primeira semana de novembro o III Encontro de Delegados Sindicais, em Brasília. Reunidos, os representantes de cada unidade relataram o ambiente vivido em cada superintendência, analisaram o cenário e discutiram os próximos rumos. No encontro, os delegados puderam conversar sobre processos judiciais com o advogado Rodrigo Peres Torelly, do escritório que assessoria o SindPFA.

Durante o evento, aconteceu ainda um encontro com os colegas aposentados residentes no Distrito Federal. A intenção do Sindicato é estreitar as relações com os aposentados e pensionistas, de modo a torná-los mais ativos na luta sindical e presentes nos debates e deliberações da carreira.

De volta às unidades, os delegados realizarão reuniões para colocar os colegas à parte das discussões.

Contribua com o InformePFA

Gostaríamos de saber o que você achou do primeiro InformePFA.

Você pode nos ajudar a aperfeiçoá-la sempre, com sugestões de temas a serem trabalhados, bem como sobre a forma de fazê-lo. Você também pode nos enviar fotos para compor a nossa capa; a cada nova edição, uma imagem diferente abrirá o Boletim. Envie-nos por e-mail.

Inicialmente, pretendemos editá-lo a cada dois meses. Os PFAs da ativa receberão por meio do seu Delegado Sindical e os aposentados por via postal. Queremos que esta seja mais um instrumento real para estar mais próximo dos nossos sindicalizados

Expediente

SindPFA Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários

Diretor Presidente: Ricardo de Araujo Pereira
Diretor de Comunicação e Marketing: Fernando Humberto Faccio
Jornalista Responsável: Kássio Alexandre Borba
Tiragem: 1000 exemplares

Fale conosco:

comunica@sindpfa.org.br | www.sindpfa.org.br | (61) 3411-7410
 SBN, Qd. 1 Bl. D Ed. Palácio do Desenvolvimento, Sala 911
 Asa Norte - Brasília - DF | 70.057-900